

03.08.2019

mesa 7

14h00 - 15h30

**Lutas Urbanas:
Cultura e
Juventude**

coordenação
Viviane Salles
mediação
Levante Popular
da Juventude



CULTURA/VIDA URBANA E ESPAÇO PÚBLICO

Esse texto foi construído a partir da valiosa contribuição de Tiaraju Pablo D'Andrea (professor da UNIFESP); Rossella Rossetto (chefe da assessoria Técnica da SMC 2015-16), Ricardo Scardoelli (ex-diretor do CCJ Cachoeirinha), Renato Almeida (ex-coordenador do Programa VAI da SMC e movimento de cultura de Guaianazes), Caio Franzolin e Gabriel Küster (grupo de teatro A Próxima Companhia), além de uma rápida aproximação ao Plano Municipal de Cultura, elaborado entre Outubro de 2015 e Junho de 2016.

QUESTÕES:

Outras maneiras de vida na cidade passam pela **dimensão da cultura**. Não estamos nos reportando apenas à produção artística, mas ao modo de vida e às condições do cotidiano urbano, condições que nos colocam como vivenciadores da cultura das cidades. O Plano Nacional de Cultura (2010) baseia-se em 03 dimensões de cultura que se complementam: cultura como expressão simbólica; cultura como direito de cidadania; cultura como potencial para o desenvolvimento econômico. A convenção da UNESCO, no início do século XXI, sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais propôs a ampliação desse escopo das políticas culturais para além das artes e do patrimônio, entendendo **a cultura a partir de múltiplas formas de expressão e comportamento, a serem reconhecidas pelo Estado**. in PMC, 2016,p.48.

As manifestações culturais voltadas à produção artística - tais como hip hop, grafite, pixo, break, arte transgressora – dão visibilidade aos grupos que estão sob as lógicas hegemônicas e à condição territorial que ocupam: as periferias.

Numa cidade caracterizada pela baixa cultura de vida urbana e cidadã, de respeito ao outro, de entendimento das diferenças, dos espaços públicos e coletivos, a construção do sujeito enfrenta diferenças de narrativas que vão da cultura oficial, classista, racista e excludente ao surgimento dos "narradores" de si mesmos e da realidade urbana vivida.

Esse texto estrutura-se a partir do que chamamos de **diagnóstico**, em que tentamos caracterizar algumas das possíveis dimensões da cultura e dos espaços públicos na cidade de São Paulo e, na sequência, **propostas**, como uma primeira aproximação do núcleo São Paulo para promover o debate e constituir um grupo permanente, que se proponha a aprofundar a discussão e construir uma AGENDA de diretrizes para as cidades brasileiras.

DIAGNÓSTICO:

1. A produção cultural das periferias é invisibilizada. Entretanto, nos últimos 30 anos muitos movimentos – e eventos – se fizeram presentes na cidade: saraus, slams, hip hop, cineclubes, feminismo, dança, teatro, negros.

“Na década de 1990, as periferias de São Paulo sofriam os desdobramentos do neoliberalismo e um alto índice de homicídios. O texto aponta algumas mudanças ocorridas nas últimas duas décadas nessas periferias. Algumas delas são o aumento do número de coletivos artísticos nesses bairros (...). (...) o texto conceitua a obra do grupo de rap Racionais MC’s como sendo **a narrativa legitimada por essa população para contar sua história e discorre sobre uma nova subjetividade surgida na periferia e centrada no orgulho dessa condição**. O indivíduo que passa a agir politicamente a partir desse orgulho é denominado neste trabalho como sujeito periférico”. (in D’ Andrea, Tiarajú Pablo. A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo. Tese de doutorado defendida na FFLCH em 2013)

2. **O VAI** (o programa para a valorização de iniciativas culturais - VAI, foi criado pela lei 13.540/2017 e regulamentado pelo decreto 43.823/2003- projeto de Nabil Bonduki na gestão de Marta Suplicy, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do município desprovidas de recursos e equipamentos culturais) fomentou grupos de arte que colocaram outras perspectivas frente ao poder paralelo, ao crime e ao trabalho subalterno. (in D’ Andrea, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. Tese de doutorado defendida na FFLCH em 2013).

Faz-se necessário observar que esta política pública estruturante continua em execução, o que possibilita, até o momento, grande potencial de criação, pesquisa e difusão de iniciativas culturais na cidade de São Paulo.

3. Pontos de Cultura: “Os Pontos de Cultura são o eixo principal do Programa Cultura Viva, implementado pelo Ministério da Cultura entre 2004 e 2005 até 2016. A ideia do programa é valorizar e apoiar as iniciativas culturais da comunidade, reconhecendo o protagonismo dos cidadãos e cidadãs que produzem cultura em suas regiões. Os Pontos de Cultura são parceiros na relação entre o poder público e a sociedade, atuando em áreas e territórios da cidade em que a oferta de equipamentos e programas de inclusão cultural são insuficientes ou inexistentes, fortalecendo a ação cultural dos grupos atuantes nas comunidades, ampliando o acesso aos meios de produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais. A PMSP implementa esse Programa em 2014” (Fonte: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=14003>).

Atualmente os parâmetros de apoio do Governo Federal, bem como os das esferas Estadual e Municipal, adotados na cidade de São Paulo, sofreram mudanças, não existindo mais o apoio à continuidade dos espaços, de seu financiamento de programação e nem de locação.

4. O Movimento Cultural das Periferias, em diálogo com a Câmara e a Secretaria Municipal de Cultura (SMC), elaborou a Lei 16.496/16, tendo sido lançado o primeiro edital do Programa de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo em agosto de 2016.

Esse projeto, pela primeira vez, reconhece a dimensão territorial da cultura e a desigualdade na distribuição de recursos públicos e, por isso, propõe:

- 70% dos recursos para área com renda per capita média até R\$440,00
- 23% para área com 10 a 20% de renda per capita média de R\$440,00
- 7% para os bolsões de pobreza da região central.
- sem previsão orçamentária para área onde menos de 10% da população tem renda abaixo de R\$440,00

referência: <http://observatoriodadiversidade.org.br/site/lei-de-fomento-a-periferia-de-sp-inova-ao-reconhecer-a-dimensao-territorial-da-cultura/>

5. O 1º Plano Municipal de Cultura (o "Plano Municipal de Cultura consiste em um documento de planejamento para orientar a execução das políticas culturais na cidade de São Paulo pelo período de dez anos, sendo um dos compromissos gerados pela adesão do município ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)."), **ressaltando o olhar sobre o território**, tratou da identificação de Distritos sem nenhum equipamento cultural.

Destacou **11 diretrizes e 20 metas, 96 ações, destacando a necessidade de** estar vinculado ao orçamento público municipal. Cinco foram os eixos temáticos:

- do estado e da participação social
- da infraestrutura cultural
- do patrimônio cultural e da memória
- da diversidade cultural
- da economia da cultura (p.22)

6. Os coletivos culturais da periferia têm opinião clara sobre o direito de acesso aos recursos públicos, dada a consciência de que a produção de riqueza é feita pelos trabalhadores. E os recursos potencializam a "quebrada". Enquadra-se nas lógicas vigentes do Estado, dos editais, mas se faz mais, se produz mais.

7. O território é sempre um espaço de referência simbólica porque as pessoas são do bairro ou porque se deslocam e veem sentido nisso. **Cine campinho**, por exemplo: grupo teve VAI (2007/2008) e FOMENTO À PERIFERIA- projeção de cinema num campo de futebol (equipamento comprado com recursos do VAI). Todos os membros do campinho eram do entorno. O vínculo já existia.

8. Cada grupo vai ter uma relação com o território diferente: "teatro no ônibus" – residência no parque D. Pedro; XIX- Vila Maria Zélia; Pombas urbanas – Cidade Tiradentes; Humbalada- Grajaú; Brava Cia – Sacolão das Artes, M´Boi Mirim. O

espaço público pode estar diretamente associado aos coletivos de cultura das periferias. Mas não só.

9. Para os grupos de cultura periféricos **é fundamental o espaço/sede, lugar de referência destinado, ocupado**. Os grupos apropriavam-se de espaços públicos inusitados (lixões, por exemplo). Os slams acontecem nos espaços externos ao metrô, em bares. Os espaços são "tomados".

10. A ação cultural tem muita relevância para os grupos de periferia. As pessoas se reconhecem - as minorias de direito, a população que é invisibilizada.

11. **O espaço da rua:** Nos 90, o discurso era o de que o/a jovem tinha que sair das ruas ... o envolvimento com atividades culturais "tiraria o/a garota/a das ruas ..." mas por que? A rua é um bom espaço (nos anos 90 aumentam os muros e as grades. Em Guaianazes nos anos 90 é que aumentou a violência. Lajeado, um dos lugares mais violentos, junto com Jardim Ângela. A rua, espaço público por princípio, aparece como o espaço do perigo, do controle por agentes do tráfico).

12. **Os espaços e equipamentos públicos:** Na maior parte da cidade, os espaços públicos não utilitários são residuais. Na cidade consolidada e central, esses espaços tem um desenho mínimo, com alguns equipamentos significativos. À medida que se afasta dos bairros centrais, os espaços públicos são as sobras dos lotes, são um negativo mesquinho daquilo que não é propriedade privada. Mesmo as ruas, espaços públicos por definição, longe de serem espaços da integração, da fluidez e dos acontecimentos por excelência da vida urbana, são, primordialmente, marcados pelo utilitarismo da circulação de pessoas e mercadorias. Impera o urbanismo das necessidades básicas / demandas mínimas: o abrigo, a manutenção da saúde do corpo, o acesso ao trabalho, conforme conceitos apresentados no texto "O direito a habitar a cidade: o reconhecimento da poética cotidiana como direito a cidade – Prof. Catharina P. C. S. Lima". Atualmente, muitos desses espaços têm sido apresentados como ônus e problemas para o Estado, justificando os discursos de privatização e concessão.

13. **Equipamentos Culturais públicos importantes:** as Casas de Cultura e os CEUs. No CEU Jambreiro surgiu a ideia da gestão compartilhada (SMC e de SME). Depois, com Serra, passou a ser a EDUCAÇÃO que coordenava (25% ficava para educação, 6% para o CEU). A gestão passou a ser centralizada. Os CEUs foram virando um "escolão" e os grupos culturais (que usavam o equipamento quando da gestão Marta) foram se afastando. Os CEUs eram de excelência e foram se transformando no pior lugar para se apresentar.

14. Nos anos 2000 (gestão Marta) as subprefeituras tinham força (o poder local). Tinham coordenadorias e assessorias temáticas, com gestão e ação locais. Isso se perdeu com a eleição de Serra. O poder volta a ser centralizado. Deixam de existir as 31 coordenadorias de saúde, educação etc

15. Importância do reconhecimento das manifestações culturais dos grupos invisibilizados envolve também a cultura indígena ("O Programa Aldeias é um dos programas vinculados ao núcleo Fomentos/Cidadania Cultural. Tem por objetivo o fortalecimento e promoção das expressões culturais tradicionais do povo Guarani Mbya nas aldeias (tekoa) localizadas na Zona Sul (Parelheiros) e Zona Noroeste

(Jaraguá) e nos espaços e equipamentos públicos da cidade de São Paulo". Fonte: Programa Aldeias, 2016. <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/projeto/688/>)

16. A Virada Cultural representou (e representa) uma importante relação entre produção cultural e espaço público. mas que também sofre mudanças de perspectiva no sentido das gestões públicas que ora concentram as ações apenas no centro da cidade e ora ampliam a difusão da programação incluindo as regiões periféricas. É importante destacar que a virada apresenta uma programação artística que muitas vezes invisibiliza/ não inclui fazedores e fazedoras de cultura das periferias, da cultura tradicional e outros aspectos contra hegemônicos

17. Para além da valorização da cultura nas periferias da cidade (ou que vêm delas) há a gestão, manutenção e implemento dos equipamentos institucionais, oficiais da cidade: Museu da Cidade, Teatro Municipal, Casas de Cultura, Bibliotecas Públicas, Teatros Distritais, Centro Cultural São Paulo, patrimônio histórico e cultural, no caso de São Paulo, por exemplo.

18. Como administrar os recursos (prioridades)? Na SMC da PMSP, por exemplo, em 2015/2016, o recurso era de 460 milhões de reais, assim distribuídos: 120 milhões para o Teatro Municipal, 110 para manutenção, limpeza, segurança do equipamentos, 100 para a folha de pagamento dos funcionários (1000) e 150 milhões para todos os projetos, eventos e programas de fomento.

19. Vale destacar que, até 2001, não havia programas de fomento na PMSP, somente Lei de Incentivo Fiscal.

PROPOSTAS (para discussão):

- Cidadania Cultural (Marilena Chauí) x cultura de mercado.
- Dessacralizar a cultura erudita (Mario de Andrade).
- Valorar a qualidade cultural e a autonomia dos agentes (várias culturas, sujeito agente, trocas entre agentes).
- Reconhecimento dos agentes locais e dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura que são dos territórios periféricos e dos e das que vêm "de fora".
- A cultura compreendida numa perspectiva ampliada como política pública, estratégia política e orçamento público. Cultura como investimento público significativo e como parte de um projeto para a cidade, para a vida urbana.
- Cultura como ferramenta de reversão de desigualdades historicamente constituídas e de garantia de direitos. Cultura como direito, como acesso, como possibilidade de reflexão e pensamento. Ampliação das possibilidades de pensar e construir elementos comuns de cidade, de sociedade, de vida coletiva.

- Cultura que nos modifique/construa como cidadãos, ou seja, que gere cidade para todos e cidadania. Cultura da convivência, valorizar a própria vida e aprender a viver/conviver com o outro. Cultura impulsionadora da participação cidadã.
- Articulação sociedade e Estado, parcerias público-comunitárias. Fortalecimento dos espaços comunitários, do sentido do comum, a partir das organizações sociais. Reconhecer e potencializar o que já existe e a partir disso gerar novas possibilidades.
- Educação patrimonial

Território, espaços e equipamentos públicos

- Alinhamento do PMC a outros instrumentos de planejamento municipal: Integrar os equipamentos culturais às políticas de mobilidade e infraestrutura urbana em conexão com as redes de transporte, incluindo iluminação pública, sinalização e rotas acessíveis. (PMC, p.85). Cultura como pauta transversal
- Implantação dos territórios de cultura e da paisagem como uma rede estruturadora da relação entre cidade, patrimônio, cultura e ocupação do espaço público
- Organização de um inventário das áreas de interesse cultural para enquadramento na ZEPEC-APC
- Apropriação de espaços públicos para atividades de cultura, "tomando posse" de áreas como praças e espaços livres subutilizados. Os espaços públicos como importantes locais para trocas simbólicas e trocas materiais solidárias. Espaço urbano como espaço de produção e difusão da cultura na cidade.
- Rede de equipamentos culturais e espaços independentes, reapropriação de espaços públicos, territorialização das políticas culturais e ampliação do acesso à cultura (PMC, p.50).
- Urbanismo colaborativo para região periférica. Uma outra maneira de reconhecer e valorar o território e os espaços de uso público e comunitário, repensando o território da periferia com outros pontos de partida e com construção coletiva, em diálogo.
- Articulação do território por capilaridade e dos temas por agente. Constituição das redes de cultura com grupos, coletivos, indivíduos, unidades escolares, unidades de saúde, entre outras.

- Política de segurança que reconheça como experiência legítima estar no espaço público, entenda a rua como espaço possível e privilegiado das vivências urbanas: calçadas, ciclovias, ruas para pedestres (Paulista Aberta), centro aberto, rede de espaços públicos nas periferias.
- Cultura urbana que promova um novo conceito de cidadania em que a relação da população com o território seja pautada pela responsabilidade ambiental.
- Garantia das SEDES dos grupos. Conformou-se o BLOCO das OCUPAÇÕES (coletivos com espaços ameaçados que lutam por manter e ter acesso a mais outros). Uma Casa de Cultura não dá conta da quantidade/demanda dos bairros. Garantia da permanência dos grupos/coletivos nos espaços que ocupam (Sacolão das Artes, Quilombaque - Perus, Pombas Urbanas). Regularização dos espaços já apropriados pelos coletivos de cultura
- Espaços escolares como importantes espaços públicos articuladores da vida e cultura urbana, para o desenvolvimento da convivência, da sociabilidade. Aproximação da cultura e educação
- Ampliação e melhorias dos espaços públicos de lazer e esportes, com intensificação do controle social dos parques e áreas verdes. Ocupação dos prédios e espaços públicos; gestão própria dos espaços públicos, gestão de equipamentos como modalidade da política. Ampliação da política pública das Ruas de Lazer, por exemplo, trazendo a perspectiva da ocupação do espaço público pela população a partir de ações culturais.
- Recuperação das Casas de Cultura e uma Casa de Cultura por Subprefeitura e de escolas/bibliotecas por bairro/distrito (PMC, p.93)
- Modernizar ou criar novos equipamentos culturais multiuso (PMC,p.87)
- Manutenção de uma rede pública de salas de cinema (PMC, p.87): pelo menos uma sala de primeira linha em cada Subprefeitura. A existente rede SPCine, prioriza a produção nacional e independente (sem excluir filmes de entretenimento)
- Festival de cinema para temas urbanos (proposta encaminhada ao BrCidades núcleo São Paulo)

Orçamento e financiamento

- Redução da desigualdade por meio de políticas públicas que representem a melhor distribuição dos recursos pelo território urbano e pelos agentes
- A Cultura com dotação orçamentária mínima (2%), garantida como política de Estado e não de governo (como Saúde e Educação); espaços democráticos para discussão do orçamento e descentralização territorial.

- Ampliação por recursos (VAI 1, VAI 2, pontos de fomento, ponto de cultura).
- Modelos de financiamento para apoio e incentivo a programas, projetos e ações culturais realizadas pela Sociedade.
- Possibilidade de geração de renda a partir da Cultura – iniciativas culturais para grupos iniciantes, a partir de editais não complexos (os fazedores da cultura popular às vezes não conseguem acessar por conta da burocratização do sistema que não dialoga com o perfil dos mestres populares). Descentralização dos recursos. (O fomento permitiu a livre expressão e o registro da história dos grupos de teatro, por exemplo, fora da lógica de mercado. O fomento é muito importante, mas também é importante que tenha diversidade de formatos. E que permita AUTONOMIA do grupo.)
- A Lei 8.666/1993 de Licitação e Contratos coloca condições semelhantes aos pequenos e grandes contratos, inviabilizando os pequenos. Deveriam ser considerados porte e característica das atividades para que as condicionantes sejam ajustadas
- Garantir investimentos na pluralidade/diversidade das atividades artísticas e para os grupos de direitos minoritários (PMC).
- Fortalecer a “economia da cultura” - diversidade de cadeias e arranjos produtivos, interação com os mercados e instituições culturais que atuam na cidade (PMC, p.51)
- Considerar o evento (a excepcionalidade) e o cotidiano da experiência da cultura urbana
- Possibilitar a articulação de orçamentos públicos: Saúde, Esporte, Cultura e Lazer, destacando-se a Educação como um dos setores mais importantes à integração das políticas setoriais

Gestão

- Fazer junto nas diferentes escalas (de governo, com a sociedade, nas parcerias)
- Ampliar, diversificar e potencializar a rede de equipamentos culturais em parceria com a sociedade civil por meio de novos modelos de gestão e cessão de espaços. (PMC, p.95) Gestão compartilhada dos CEUs (PMC, p.88)

- Fortalecimento do Conselho Municipal de Cultura, com realização das Conferências de Cultura.
- Sistemas de informações e indicadores culturais: conjunto de instrumentos de coleta, organização, análise e armazenamento de dados – cadastros, diagnósticos, mapeamentos, censos.
- Descentralização do poder e das atividades culturais pelas subprefeituras (Poder local. Gestão e ação locais).
- Viabilizar possibilidades - quando desejadas - de integração entre teatros e grupos independentes com Sistema S, promotores privados, Estado e município
- Gestão participativa das praças (centrais e de bairro), parques e espaços públicos como arenas culturais compatibilizando com lazer, esportes e proteção ambiental

São Paulo, 28 de Julho de 2019

Organizaram esse texto a partir do GT CULTURA/VIDA URBANA E ESPAÇO PÚBLICO do Núcleo BrCidades São Paulo:

Caió Franzolin
Lizete Rubano
Nabil Bonduki
Patryck Carvalho